

DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ENSINO BÁSICO: PEDAGOGIA E PROGRAMA DE LIÇÕES NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DO PROJETO DESENGAVETA MEU TEXTO

*Clara Rafaela Quintans Campos**

*Edna Beatriz da Silva Rodrigues***

*Lorena Suellen Vieira Pontes****

*Yasmim Iris Lopes Avelino*****

O projeto intitulado “Direitos Fundamentais no Ensino Básico: “Pedagogia e Programa de Lições no âmbito das atividades do Projeto Desengaveta Meu Texto” trata-se de uma prática extensionista apresentada pelo professor Luciano do Nascimento Silva, docente da Universidade Estadual da Paraíba (CCJ-UEPB) a Pró Reitoria de Extensão da UEPB, uma vez que o projeto foi inspirado na obra do sociólogo alemão e professor, Niklas Luhmann, de 1966, intitulada “Direitos Fundamentais como Instituição”, a extensão é hoje desenvolvida pelos estudantes do curso de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Estadual da Paraíba (CCJ/UEPB). Nesse aspecto, o projeto é resultado de uma parceria entre o CCJ/UEPB, o Núcleo de Pesquisa para Observadores do Direito (NUPOD - CCJ/UEPB) e o IDES - Instituto Desengavetar, espaço no qual ocorrem os encontros mensais do projeto.

Nesse cenário, é preciso ressaltar de antemão um breve histórico do Instituto Desengavetar. Este ganha vida a partir das experiências em sala de aula da professora Patrícia Rosas Araújo, Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O objetivo do Instituto sempre foi o de oportunizar novas experiências leitoras e impulsionar oportunidades para alunos e professores, de escolas públicas, retirar textos reais das “gavetas da sala de aula” e os levar para além dos muros escolares. Atualmente, a

* Autora: Bacharelanda pela Universidade Estadual da Paraíba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/66334827535516> 97.

Email: clara.campos@aluno.uepb.edu.br

** Coautora: Bacharelanda pela Universidade Estadual da Paraíba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6629207708475012>

. Email: edna.rodrigues@aluno.uepb.edu.br

*** Coautora: Bacharelanda pela Universidade Estadual da Paraíba.

Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8187791899205570>

Email: lorena.pontes@aluno.uepb.edu.br

**** Coautora: Bacharelanda pela Universidade Estadual da Paraíba.

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1841922924707666>.

Email: yasmim.avelino@aluno.uepb.edu.br



iniciativa efetiva-se como um Projeto de Pesquisa Aplicada, que conseguiu ser ampliado para diversas escolas públicas de Queimadas e Campina Grande, cidades do interior da Paraíba, contando atualmente com cerca de 2000 alunos atendidos pelo projeto.

Infere-se, desse modo, que tal projeto extensionista, é de grande relevância social, uma vez que a sua natureza pedagógica educacional, ancora-se nos direitos fundamentais da criança e do adolescente, previstos em Tratados Universais, como a Convenção sobre os Direitos da Criança da Assembleia Geral da ONU de 1989, na Constituição Federal de 1988 e na Lei Ordinária Federal do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

Sabemos que a educação, como direito fundamental, é responsabilidade não só da família, mas de todo o Estado, em colaboração com a sociedade. Infelizmente, a prática deturpa a teoria, uma vez que dados da UNESCO e UNICEF apontam que até 2016 “124 milhões de crianças no mundo não concluíram o ensino primário e muitas das que terminaram não adquirem competências básicas pela má qualidade da educação” (NOVO; MOTA, 2019). Isso é reflexo de uma educação precária que condiciona crianças e jovens passivos e acríticos em meio a uma sociedade historicamente desigual e carente de oportunidade.

Nessa vereda, o programa de lições é elaborado para repensar o direito de forma dinâmica e simples, isto é, condizente com a realidade das crianças e adolescentes, têm-se como objetivo a tradução de temas jurídicos essenciais para a transformação social na vida de todos os beneficiados, bem como, para a efetivação de uma cidadania plena, desde seus primeiros momentos estudantis, ou seja, no ensino básico. Perante esta ótica, evidencia-se a essencialidade do ensino dos direitos fundamentais para garantir que as crianças e adolescentes da educação básica compreendam a importância e a aplicabilidade destes direitos em suas vidas, fazendo-se traduzir, portanto, o ensino em pensamento “jus civilizatório”.

ENCONTROS NO ÂMBITO DO INSTITUTO DESENGAVETAR

O Projeto desenvolveu ao longo do ano de 2022 encontros mensais com temas pré-estabelecidos, os quais exploraram progressivamente a cada encontro o tema central dos direitos fundamentais. Para isso, utilizamos a ajuda de aparatos tecnológicos como slides, aplicativos, além de produções cinematográficas e documentários, dinâmicas e jogos que tinham como plano de fundo os direitos fundamentais, seguido de rodas de diálogo criando a dupla direção da comunicação,

v.7, n.2



mostrando que a criança e o jovem são protagonistas daquele ambiente e daquela discussão. Nesse sentido, e de acordo com a Tabela 1, foram abordados os seguintes feixes temáticos até o presente ano de 2023:

<i>TEMAS ABORDADOS DURANTE O ANO DE 2022</i>
<i>Direitos humanos e sua evolução histórica;</i>
<i>Todas as crianças devem ter consciência de que seus direitos devem ser garantidos;</i>
<i>Direito à liberdade, à vida, ao respeito e a dignidade;</i>
<i>Direito à convivência familiar e comunitária e adoção;</i>
<i>Direito à Educação e cultura;</i>
<i>Toda criança Pcd terá direitos a atendimento adequado e inclusão na sociedade;</i>
<i>Toda criança tem direito à proteção contra atos discriminatórios com abordagem da Lei de nº 13.185;</i>
<i>Direito à alimentação e assistência médica;</i>
<i>Direito de ser protegida em caso dos variados tipos de violência</i>
<i>TEMAS ABORDADOS (ATÉ AGORA) NO ANO DE 2023</i>
<i>Direitos e Garantias Fundamentais na CF/88 - art. 5º;</i>
<i>Direitos sociais: direito à saúde, proteção à maternidade e à infância;</i>
<i>Primeiros Socorros (com a participação de dois oficiais bombeiros)</i>

Tabela 1: Feixes Temáticos abordados no Programa de Lições

Fonte: Autoria Própria

A título de curiosidade, foi possível vislumbrar por meio de um olhar atencioso o amolde do tema abordado com as diferentes realidades de cada criança e adolescente. Nessa linha de raciocínio, alguns dos alunos puderam partilhar como se deu o procedimento de adoção de cada um, por exemplo, suas dificuldades e alegrias diante desse assunto tão particular e mesmo assim, tão importante de ser debatido. Outras crianças compartilharam uma triste realidade dentro das escolas, visto que foram alvo de bullying. Com isso, nota-se como os participantes sentiram-se acolhidos e discutiam junto conosco a temática central levada para cada encontro, e assim podiam refletir acerca dos seus direitos.



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO INSTAGRAM: @DIREITOSFUNDAMENTAISNOEB

Além das aulas ministradas no âmbito do Instituto Desengavetar, os extensionistas do projeto desempenham atividades com mídias digitais, em especial no instagram @direitosfundamentaisnoeb. A página já conta com quase 250 seguidores, 90 publicações e mais de 10.000 visualizações, fora os posts interativos nos stories. As publicações, em primeiro plano, possuem o objetivo de divulgar os nossos encontros e registrar as atividades realizadas com as crianças e jovens do Instituto.

Outrossim, estimula-se por meio das publicações o senso crítico do nosso público, com enfoque na consciência social, isto é, através de postagens lúdicas a união entre a arte e os direitos fundamentais, com os seguintes quadros: Direito nos Contos de Fadas; Direito na Cinematografia; Curiosidades Históricas; Novidades Legislativas e; Direito nas Canções Infantis. De fato, o objeto principal é atendido ao passo que pessoas das mais variadas idades, gêneros e localizações conseguem absorver um conteúdo minuciosamente planejado, para que assim, o conhecimento sobre direitos fundamentais ultrapasse os muros da nossa Universidade e do próprio Instituto Desengavetar, já que sabemos que a internet deve ser uma ferramenta igualitária para aproximação dos sujeitos e diminuição das barreiras sociais.

I SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O primeiro evento orquestrado pelos discentes da UEPB e participantes do projeto de extensão foi denominado de “I seminário sobre Direitos da Criança e do Adolescente: Tipos de Violência, Formas de Combate e Assistência”, realizado no dia 10/11/2022 no auditório Ronaldo Cunha Lima no prédio do CCJ-UEPB, durante os turnos da manhã e da noite. O evento foi aberto ao público em geral e contou com a participação de mais de 100 (cem) ouvintes e 7 (sete) palestrantes com expertise no tema escolhido para abordagem, tendo em vista a presença e contribuição do Capitão de polícia Allan Jones, da psicóloga Kelly Araújo, da Conselheira tutelar Eliana Meneses, da Pós-Doutora em linguagem e ensino Patrícia Rosas, da Neuro/Psicopedagoga Isabelle Pires, da voluntária da UNICEF e Advogada Jennifer Sousa e da Coordenadora Adjunta, da casa CCJ, Adriana Torres.

v.7, n.2



O evento supracitado objetivou abordar a importância de evidenciar as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos na sociedade. Vale destacar que no ato de inscrição para o seminário foram ofertados 1 kg de alimento não perecível por cada ouvinte, de modo que foi possível a entrega de cestas básicas para as crianças e adolescentes carentes que frequentam o Instituto Desengavetar.

PROJETO GANHADOR DO PRÊMIO LED (LUZ DA EDUCAÇÃO) NO ANO DE 2022 - FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E REDE GLOBO

Infere-se, ainda, pontuar a premiação nacional do Movimento Led - Luz na Educação, que é uma iniciativa da Globo e da Fundação Roberto Marinho para celebrar e reconhecer práticas inovadoras que estão revolucionando a educação no Brasil. Nesse sentido, o nosso projeto teve a honra de poder vivenciar e comemorar essa vitória tão importante para o Instituto Desengavetar. O Instituto possibilita o acesso à leitura plena de seus membros, com a disponibilização de livros, cordéis, revistas, dentre outros.

Além de realizar o clube de leitura visando formar o leitor eficiente. Além da atuação do nosso projeto, que se utiliza de histórias fictícias narradas em livros para aproximar as crianças e adolescentes do tema jurídico abordado. Tal iniciativa social ganhou destaque em todo o Brasil com a premiação nacional. O projeto “Desengaveta Meu Texto” que teve sua gênese em 2017 ganhou o prêmio LED 1ª edição 2022 na categoria educação básica, projeto esse que tem como objetivo dar visibilidade aos textos escritos pelos alunos, tirando-os de dentro das escolas e fazendo-os circular nas mãos de leitores reais¹.

Nós que fazemos parte como núcleo de apoio do Instituto Desengavetar, temos o dever de levar conhecimento para além das fronteiras locais e evidenciar que a prática da leitura/escrita, bem como o reconhecimento de direitos fundamentais não podem ser apenas uma forma de avaliação no âmbito escolar e/ou acadêmico. A fim de evidenciar a presente prática extensionista temos a Figura 1, com um mosaico de fotos das atividades desenvolvidas.

¹ Destaca-se que as gravações do programa LED - Luz na Educação ocorreram nas acomodações do Centro de Ciências Jurídicas da UEPB, contando com a equipe da Rede Globo para produzir a matéria disponibilizada em rede nacional no dia 29 de junho de 2022.





Figura 1 - Vivências do Projeto de Extensão

Fonte: Autoria própria

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

A Revista Tertúlia tal fora idealizada pela diretora do Instituto Desengavetar, Patrícia Rosas, como forma de propagar produções textuais tanto dos próprios alunos do Instituto, quanto de organizadores de projetos que ocorrem no mesmo.

Assim, ainda no ano de 2022 foi organizada a nova edição da Revista Tertúlia (ed. 5 / dez de 2022), um lançamento Eduepb, na qual foram publicados textos e materiais audiovisuais desenvolvidos pelos próprios extensionistas do projeto, um deles foi intitulado “Direitos Fundamentais no Ensino Básico: Uma transformadora prática educacional”.

Consoante Freire (2001, p. 25), “Não basta dizer que a educação é um ato político, assim como não basta dizer que o ato político é também educativo. É preciso assumir realmente a politicidade da educação.” Sendo assim, para que se possa efetivar o direito à Educação, presente na Carta Magna de 1988, de forma plena e eficaz, é preciso diálogo e ação, aliado a métodos de ensino democrático, igualitário e inovador.

REFERÊNCIAS

NOVO, Benigno Núñez; MOTA, Antonio Rosembergue Pinheiro. *O direito à educação na Constituição de 1988*. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 31, nº 1640. Disponível em: <O direito à educação na Constituição de 1988 - Boletim Jurídico (boletimjuridico.com.br)>. Acesso em: 2 fev. 2019.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001. v. 23.
HART, Herbert L. A. *O Conceito de Direito*. 3º edição. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.



v.7, n.2

